



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAMANDAÍ**

TERMO DE COLABORAÇÃO - 001/2022

O MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ, inscrito no CNPJ sob o nº 88.771.001/0001-80, situado a Av. da Igreja 346, Bairro Centro CEP 95590-000, Tramandaí-RS, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Carlos Gauto da Silva, brasileiro, casado, portador do RG nº 1064484833, SSP-RS, inscrito no CPF sob o nº 253.999 930-15, residente e domiciliado nesse Município, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado Administração Pública e a Organização da Sociedade Civil, Associação Educacional Cidade das Flores, inscrita no CNPJ nº 18.174.187/0001-05, situada na Rua São Francisco, nº 111, Bairro Vila Boeira, Canela RS, neste ato devidamente representada por sua Presidenta, Sra Adriana Maria Spaniol, brasileira, solteira, portadora do RG nº 7058883922 SSP-RS e CPF nº 726.572.190-04, residente e domiciliada na cidade de Gramado RS, doravante denominada OSC, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este Termo de Colaboração, na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Colaboração com Organização da Sociedade Civil (OSC), em regime de mútua cooperação com a Administração Municipal de Tramandaí, tem por objeto fornecer 762 vagas em escola infantil, nas modalidades creche e pré-escola para atendimento de alunos excedentes da rede municipal, conforme Plano de Trabalho anexo a este Termo.

1.2. Todos os serviços ou atividades a serem desenvolvidas deverão constar no Plano de Trabalho de acordo com o art. 22 da Lei Federal nº 13.019/2014, sendo:

- Para alunos na modalidade berçário (4 meses até 2 anos de idade), o valor mensal é de R\$ 868,22 por aluno;
- Para alunos na modalidade maternal e pré-escola (2 anos até 5 anos completos de idade), o valor mensal é de R\$ 744,18 por aluno;
- Para alunos com deficiência do berçário à pré-escola (4 meses até 5 anos) – Resolução 001/2021 CME – com o devido laudo, o valor mensal é de R\$ 888,55 por aluno;

2. DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA

2.1. A Administração Pública repassará a OSC um valor mensal de acordo com a quantidade de alunos atendidos, em pagamento até o 5º dia útil de cada mês;

2.2. Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria. A contrapartida será prestada na prestação dos serviços;

2.3. As despesas à conta da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

- Dotação Orçamentária: 230212.365.0132.2400 - Manutenção da Educação Infantil - Rubrica: 339039000000 - outros serviços terceiros PJ - Recurso: 0020 - MDE - Reduzido: 7022.
- Dotação Orçamentária: 230212.365.0132.2027 - Manutenção da Educação Infantil - Rubrica: 339039000000 - outros serviços terceiros PJ - Recurso: 0031 - FUNDEB - Reduzido: 7008.

2.4. Em caso de celebração de aditivos, deverão ser indicados nos mesmos, os créditos e empenhos para cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida.

2.5. Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade, mediante aprovação prévia da administração pública.

3. DA CONTRAPARTIDA DA OSC

3.1. A OSC contribuirá para a execução do objeto desta parceria com contrapartida consistente em: Não há contrapartida.

4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. Compete a Administração Pública:

I - Transferir os recursos à OSC mensalmente conforme previsto no plano de trabalho que faz parte integrante deste Termo de Colaboração e no valor nele fixado;

II - Fiscalizar a execução do Termo de Colaboração, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceira ou por irregularidades constatadas;

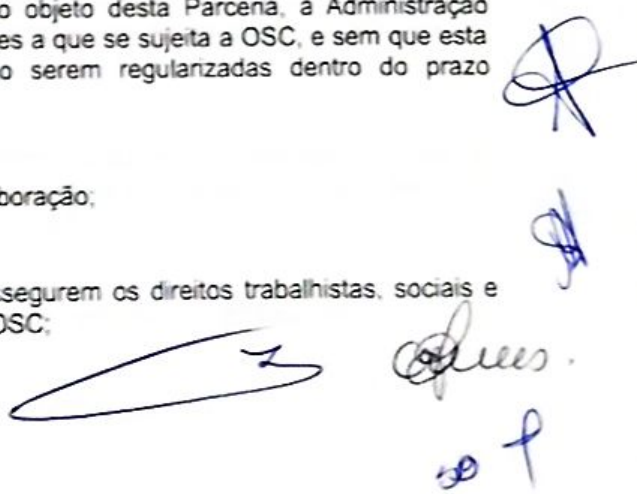
III - Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, lhe fixando quando não pactuado nesse Termo de Colaboração prazo para corrigi-la;

IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações;

V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;

VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Colaboração;

VII - Fiscalizar periodicamente os contratos de trabalho que assegurem os direitos trabalhistas, sociais e previdenciários dos trabalhadores e prestadores de serviços da OSC;



VIII - Apreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias contados da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e

IX — Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Colaboração na imprensa oficial do Município.

4.2. Compete à OSC:

I - Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública observadas as disposições deste Termo de Colaboração relativas a aplicação dos recursos;

II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição a sua execução;

III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;

IV - Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na Parceria;

V — Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público de modo gratuito, universal e igualitário;

VI - É de responsabilidade exclusiva e integral da OSC o pagamento destes profissionais, incluído o recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, bem como qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição a sua execução, devendo a OSC manter arquivo com todos os comprovantes de recolhimento;

VII - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Colaboração;

VIII - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

IX - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Colaboração, pela indenização de dano causado aos usuários, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;

X - Os serviços serão prestados durante o ano letivo em conformidade com o calendário escolar da Secretaria Municipal de Educação, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação para o ano letivo em vigor, inclusive quanto aos horários de funcionamento da rede municipal.

XI - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature and the initials 'DS' and 'f'.

XII - Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Termo de Fomento e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública;

XIII - Garantir o livre acesso dos agentes públicos, em especial aos designados para a comissão de monitoramento e avaliação, ao gestor da parceria, do controle e do Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo Fomento, bem como aos locais de execução do objeto, com agendamento previamente marcado.

XIV - Aplicar os recursos recebidos eventuais saldos financeiros enquanto não utilizados obrigatoriamente, em instituições financeiras oficiais indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes;

XV - Restituir à Administração Pública os recursos recebido a quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de esgotada a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito neste Termo de Colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

XVI - A responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

5. DA APLICAÇÃO DE RECURSOS

5.1. O Plano de Trabalho deverá ser executado com estrita observância das cláusulas neste Termo de Fomento, sendo vedado:

I - pagar, a qualquer título, servidor ou emprego público com recursos vinculados à parceria;

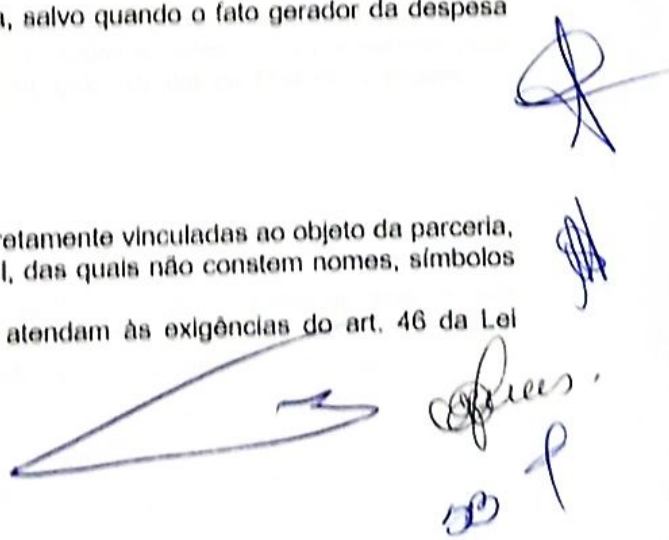
II - modificar o objeto, exceto no caso de aplicação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;

III - pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;

IV - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência.

V - realizar despesas com:

- a) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e
- b) pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014



5.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta-corrente específica na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública.

5.3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. A prestação de contas deverá ser efetuada nos seguintes prazos:

a) mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da transferência dos recursos pela Administração Pública;

b) até 20 dias do término de cada exercício (se a duração da parceria exceder um ano); e até 30 dias a partir do término da vigência da parceria.

6.2. A prestação de contas final dos recursos recebidos, deverá ser apresentada com os seguintes relatórios:

I - Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações;

II - Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;

III - Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado por relatório das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da OSC;

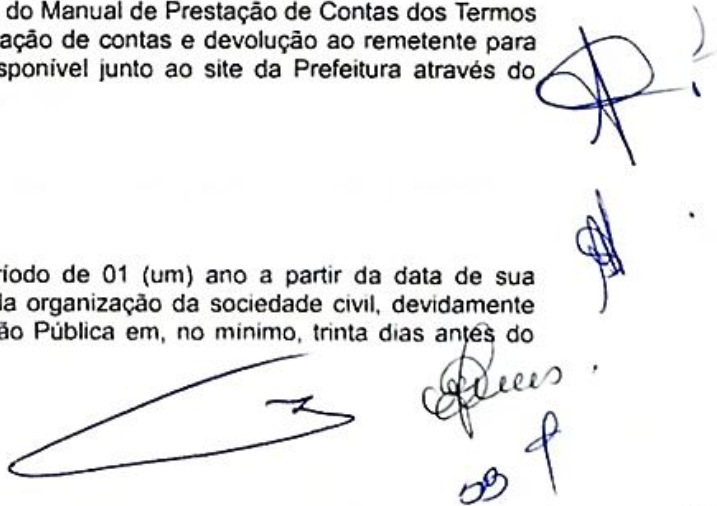
IV - Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 10 (dez) dias após o término de vigência deste Termo de Colaboração;

V - Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pela OSC no exercício e das metas alcançadas.

6.3 - As prestações de contas devem atender às exigências do Manual de Prestação de Contas dos Termos de Colaboração e Fomento, sob pena de rejeição da prestação de contas e devolução ao remetente para alterações necessárias. O referido manual encontra-se disponível junto ao site da Prefeitura através do endereço <http://www.tramandai.rs.gov.br>

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O presente Termo de Colaboração vigorará pelo período de 01 (um) ano a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada a Administração Pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto.



7.2. A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Colaboração será feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

8. DAS ALTERAÇÕES

8.1. Este Termo de Colaboração poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, mediante a aceleração de Termos Aditivos, desde que acordados entre os parceiros e firmados antes do término de sua vigência.

8.2. O plano de trabalho de parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original.

9. DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

9.1. A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

9.2. A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Colaboração através de seu gestor, que tem por obrigações:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III - Emitir parecer conclusivo de análise da prestação de contas mensal e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;

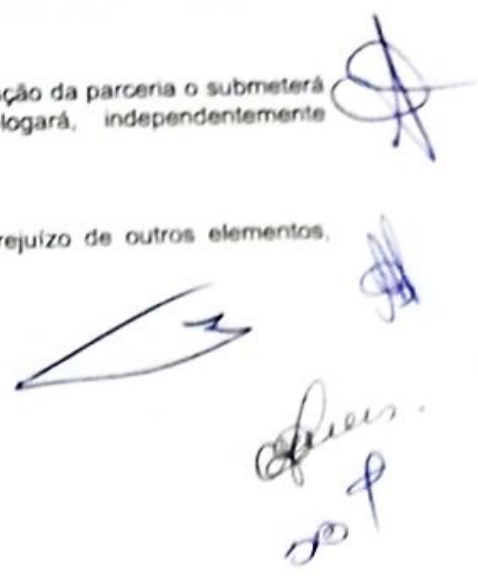
IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

9.3. A execução também será acompanhada por Comissão de Monitoramento e Avaliação, especialmente designada.

9.4. A Administração Pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que homologará, independentemente obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

9.5. O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;



II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores mensais transferidos pela Administração Pública;

IV - análise dos relatórios das despesas apresentadas pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Colaboração.

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

9.6. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação poderão realizar visita in loco, da qual será emitido relatório.

9.7. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública correspondente.

10. DA RESCISÃO

10.1. É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Fomento, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

10.2. A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Colaboração quando da constatação das seguintes situações:

I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;

II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Colaboração;

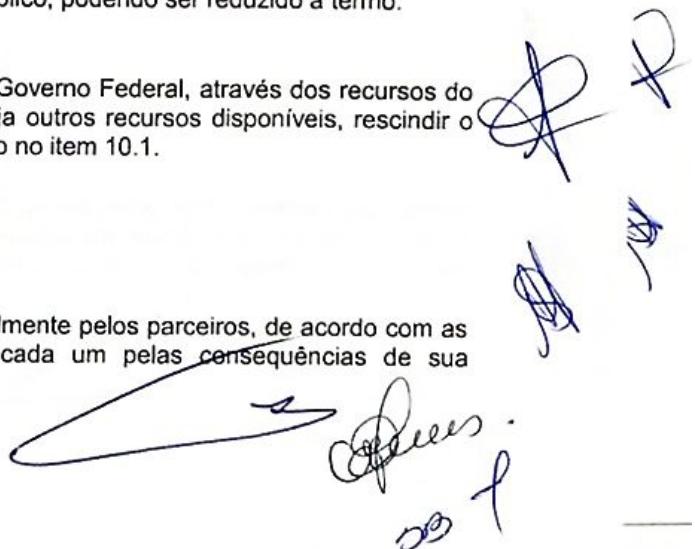
III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Colaboração;

IV - Quando o objeto da parceria não atender mais o interesse público, podendo ser reduzido a termo.

10.3. No caso de cessarem os repasses do cofinanciamento do Governo Federal, através dos recursos do FUNDEB, a Administração Municipal poderá, desde que não haja outros recursos disponíveis, rescindir o presente termo, devendo notificar a OSC no mesmo prazo previsto no item 10.1.

11. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1. O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page, including a large signature and several smaller initials.

11.2. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC da sociedade civil as seguintes sanções:

I - advertência, nos seguintes casos:

- a) Em caso de descumprimento dos prazos;
- b) Em caso de dificuldades para que a Comissão de Avaliação e Monitoramento desenvolva seu trabalho;
- c) Em caso de descumprimento da legislação federal e estadual;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com os órgãos e OSCs da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, nos seguintes casos:

- a) Por ausência de itens do plano de trabalho, pelo prazo de seis meses.
- b) Por ausência ou erro de prestação de contas, pelo prazo de doze meses;
- c) Por descumprimento do objeto, pelo prazo de dezoito meses;
- d) Por uso inadequado dos recursos ou utilização diferente daquilo que foi previsto no Plano de Trabalho, pelo prazo de dois anos.

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II, nos seguintes casos:

- a) Uso inadequado dos recursos ou utilização diferente do que foi previsto no Plano de Trabalho.

12. DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS

12.1. O foro da Comarca de Tramandaí é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Colaboração.

12.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião, com a participação da Procuradoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria do Município.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Colaboração o plano de trabalho anexo.

E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Colaboração, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Tramandaí, 05 de Agosto de 2022.

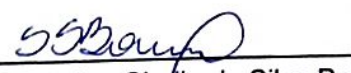

Luiz Carlos Gauto da Silva
Prefeito

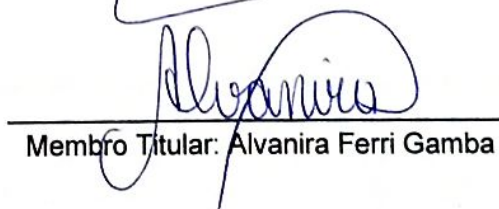

Adriana Maria Spaniol
Presidente AECF

Comissão de Seleção e Julgamento:


Presidente: Claudia Regina Nunes


Secretária: Ruth Simon


Membro Titular: Sheila da Silva Boeira


Membro Titular: Alvanira Ferri Gamba